

326

**MORADIA E QUALIDADE AMBIENTAL: UM DIREITO DO CIDADÃO.** *Edson Giovani de Candio, Vanessa Maria Maciel Viecilli, Cristiano Rocha, Dirce Maria Antunes Suertegaray (orient.)* (Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, UFRGS).

O Projeto “Moradia e Qualidade Ambiental: Um Direito do Cidadão” vincula-se ao Programa Regularização Fundiária: uma questão de cidadania. Vincula-se à Pró-Reitoria de Extensão através do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) realizado em parceria com a Defensoria Pública do Estado. Busca-se realizar uma análise crítica da urbanização e das políticas públicas como fatores importantes para o uso sustentável do ambiente. Leva-se em consideração a espacialização das relações sócio-econômicas e a análise de laudos periciais de depredação ambiental a serem elaborados durante o projeto. Nesse contexto encontramos nosso objeto de estudo na vila Batista Flores, bairro Rubem Berta, em Porto Alegre, observando-se que além da regularização de seus lotes, há o anseio de sua comunidade por mais, tal como o esclarecimento de seus direitos de cidadãos e o reconhecimento de sua relação e integração com o lugar. Para o desenvolvimento deste trabalho estão sendo utilizados dados coletados em campo, como levantamentos sócio-econômicos, topográficos e de impacto ou depredação ambiental. A avaliação dos mapas e cartas da área relativas a sua infra-estrutura conjuntamente à realização de leituras e discussões sobre a bibliografia proposta objetivam verificar sua concordância com os parâmetros legais do Estatuto da Cidade, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre e da Legislação Ambiental vigente. Espera-se obter como resultado um laudo pericial ambiental que proporcione a compreensão da questão da moradia desde o déficit habitacional até a qualidade dos serviços públicos oferecidos. Busca-se ampliar a percepção dos moradores sobre sua realidade e a problemática urbana em que estão inseridos. A avaliação das condições sócio-econômicas e ambientais destes moradores servirá de base reflexiva para a comunidade, que tendo esclarecido seus direitos e deveres de cidadão terá também ampliada sua cidadania.